UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

FELIPE SILVEIRA BARTH

TRÂNSITO E CIDADANIA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA CURRICULAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PORTO ALEGRE – RIO GRANDE DO SUL
2017

FELIPE SILVEIRA BARTH

TRÂNSITO E CIDADANIA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA CURRICULAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.ª. Drª. Simone Valdete dos Santos

PORTO ALEGRE – RIO GRANDE DO SUL
2017

TRÂNSITO E CIDADANIA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA CURRICULAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em: ___ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof.ª Drª Simone Valdete dos Santos
Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

_____

Prof.ª Drª Denise Maria Comerlato
Examinadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

_____

Prof. Dr. Rafael Arenhaldt
Examinador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CIP - Catalogação na Publicação

Barth, Felipe Silveira
Trânsito e Cidadania: relato de uma experiência curricular na Educação de Jovens e Adultos / Felipe Silveira Barth. -- 2017.
38 f.

Orientadora: Simone Valdete dos Santos.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Licenciatura em Pedagogia, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Trânsito. 2. Cidadania. 3. EJA. 4. Educação. I. dos Santos, Simone Valdete, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DEDICATÓRIA

A minhã vó, minha primeira educadora.

AGRADECIMENTOS

A minha esposa, que sempre me apoiou e me apoia, além de ouvir atentamente minhas histórias diárias de trânsito e educação.

Aos professores dos Cursos de Pedagogia e de Filosofia da UFRGS que formaram a base do conhecimento que construí.

Aos meus colegas de serviço que supriram minhas ausências devido às aulas.

A todos que, de alguma forma, passaram pela minha vida e puderam me ensinar algo e/ou aprender comigo.

“Quando uma cabeça e um livro tem uma colisão e um deles ressoa como oco, será que é sempre o livro?”.

(Arthur Schopenhauer)

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um importante espaço de reflexão sobre os desafios e as necessidades da vida diária, servindo como base para o desenvolvimento amplo do cidadão, sujeito de direitos e deveres, e com os conhecimentos para discerni-los e usufrui-los na plenitude, contribuindo para seu convívio social. O trânsito é repleto de constantes relacionamentos sociais, com regras que devem ser respeitadas por todos, sob pena de consequências desastrosas. A educação para o trânsito, que é legalmente obrigatória, tem seu foco muito voltado para os veículos automotores, seus condutores e as respectivas regras de circulação. Este trabalho apresenta uma proposta de educação para o trânsito e para a cidadania aplicada em uma turma de Educação para Jovens e Adultos de uma escola pública localizada em Porto Alegre/RS, no estágio docente do sétimo semestre do curso de Pedagogia da UFRGS. Nela, a temática trânsito é trabalhada, tendo sido previamente baseada na temática cidadania, com o foco na análise dos meios de transporte alternativos ao automóvel, com base na realidade dos alunos. A metodologia envolve a revisão do Diário de Classe e de outras escritas pessoais produzidos ao longo do curso, bem como a análise da legislação e a realização de um levantamento bibliográfico sobre os assuntos. As conclusões assinalam a importância da de uma educação para o trânsito baseada na cidadania.

Palavras Chave: Trânsito, Cidadania, EJA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....10

1 TRÂNSITO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO.....13

1.1 Definição de Trânsito 13

1.2 Definição de Cidadania.....14

1.3 Relações entre Trânsito e Cidadania.....14

1.4 Problemas gerados pelo Trânsito.....15

1.5 Estatísticas do Trânsito no Brasil.....17

2 TRÂNSITO COMO TEMA TRANSVERSAL NO CURRÍCULO.....20

2.1 O Trânsito focado no veículo e em seu condutor.....22

2.2 Metodologia de construção deste trabalho…….23

3 UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NA EJA.....25

3.1 Aplicação prática da proposta pedagógica.....26

4 CONSIDERAÇÕES FINAS.....32

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....34

INTRODUÇÃO

O trânsito e a educação se misturam o tempo todo em minha vida profissional (6 anos trabalhando como Agente Municipal de Fiscalização de Trânsito e Transporte da Empresa Pública de Transporte e Circulação do Município - EPTC[1], e 13 anos como Policial Rodoviário Federal) e acadêmica (licenciado em Filosofia desde 2001 e graduando em Pedagogia desde 2003, com diversos trancamentos e desistências). Ao longo desse meu trajeto intelectual e profissional, meu interesse pelos assuntos relacionados à educação, ao trânsito e à educação para o trânsito foi aumentando, assim como a quantidade de questionamentos teóricos sobre as questões práticas que eu me deparo no meu dia a dia profissional e acadêmico. Com o ingresso na Polícia Rodoviária Federal (PRF)[2], além da fiscalização de trânsito (área na qual já trabalhava quando agente municipal de trânsito), passei a trabalhar com outros segmentos da segurança pública, o que fez aumentar meu interesse sobre assuntos relacionados à cidadania, e a perceber a importância que os conceitos de cidadania e ética tem para a educação para o trânsito e para os outros relacionamentos sociais. Além disso, na PRF passei a participar efetivamente da criação, do planejamento e da implementação de ações de educação para o trânsito.

Como afirma Mills (1974, p. 21), “os pensadores mais admiráveis dentro da comunidade intelectual que escolheram não separam seu trabalho de suas vidas.” Assim, no final do curso de Pedagogia, entendi importante aplicar no estágio curricular e neste trabalho de conclusão de curso os conhecimentos práticos e teóricos sobre educação para o trânsito desenvolvidos ao longo de quase 20 anos estudando e trabalhando com tal assunto, pois, como afirma Freire (1996, p.12), “A teoria sem a prática vira ‘verbalismo’, assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.”. Modificar a

[1] A EPTC, uma empresa pública do Município de Porto Alegre, é o órgão responsável por regular e fiscalizar o trânsito e o transporte no município de Porto Alegre/RS. Fonte: Site da EPTC.

[2] A Polícia Rodoviária Federal (PRF) é uma instituição policial ostensiva brasileira, subordinada ao Ministério da Justiça e Cidadania (MJC), cuja principal função é garantir a segurança com cidadania nas rodovias federais e em áreas de interesse da União. Assim, combate as mais variadas formas de crimes nas rodovias federais do Brasil, além de monitorar e fiscalizar o trânsito de veículos, bens e pessoas, realizar atendimento de acidentes de trânsito, socorro de vítimas,levantamentos estatísticos e educação para o trânsito. Fonte: Site da PRF.

realidade em prol da segurança, do bem-estar e da educação das pessoas é o que venho tentando fazer desde as minhas primeiras atividades na fiscalização de trânsito e na educação.

O trânsito é um ato diário e constante de relacionamento social, sendo uma realidade para quase a totalidade dos habitantes do mundo (somente aquelas pessoas que passam suas vidas enclausuradas por motivos de saúde ou outros não se relacionam no trânsito). Num mundo onde o tempo é valorizado, o deslocamento com rapidez e segurança se torna cada vez mais importante, pois as pessoas querem chegar logo ao seu destino para aproveitar o máximo possível o seu tempo. Contudo, tão preocupados com a rapidez e com seus compromissos diários, muitas pessoas não dão a devida importância para a segurança do deslocamento, esquecendo que não são as únicas "em trânsito" e que, para a segurança de todos, regras devem ser cumpridas.

As regras de trânsito devem ser respeitadas por todos, sob pena de cada vez mais o trânsito crescer como um dos grandes causadores de tragédias e perdas para a população mundial. Disso surge uma das grandes importâncias da educação para o trânsito e para a cidadania, que é a redução da quantidade e da gravidade dos acidentes, consequentemente preservando vidas, que, segundo o Código Brasileiro de Trânsito (CTB / 1997), deve ser a prioridade de todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT)[3].

Segundo Cavalcanti (2006), três fatores têm papel fundamental na administração do trânsito: a engenharia de tráfego, a fiscalização e a educação do trânsito. Cabe ao professor fazer a sua parte nesse tripé, a educação, através da construção de conhecimentos em sala de aula. Cabe a mim, como policial e professor, a responsabilidade sobre dois dos três tripés, a educação e a fiscalização de trânsito, que em várias circunstâncias do meu trabalho geram melhores resultados quando realizadas juntas.

Neste trabalho, apresentarei a análise de uma pequena proposta de educação para o trânsito que foi aplicada no primeiro semestre de 2016 durante o meu estágio curricular

[3] O SNT é composto pelos órgãos públicos que tem por finalidade o exercício das atividades de trânsito no Brasil, relacionadas ao planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades. (Fonte CTB). A PRF e a EPTC são exemplos de órgãos que compõem o SNT.

de docência do 7º semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS em uma turma de alfabetização de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola pública da rede pública estadual no município de Porto Alegre[4].

Considerando as questões éticas da pesquisa, os nomes apresentados são fictícios para não expor os alunos. A identificação da escola também não está divulgada.

[4] Estágio curricular obrigatório realizado através da docência compartilhada com a minha colega Tania Maria Souza e Silva, sob a supervisão das Professoras Aline Cunha e Denise Comerlato.

1 TRÂNSITO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO

1.1 Definição de Trânsito

Para Vasconcelos (1992), o trânsito é o conjunto dos deslocamentos diários, isto é, a movimentação geral de pedestres, veículos e de seus passageiros e cargas. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro (CTB / BRASIL, 1997, p. 1), “considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga”.

Podemos perceber que o próprio CTB, que é a legislação brasileira que normatiza o trânsito no país, quando conceitua trânsito, coloca “pessoas” em primeiro lugar. Assim, o trânsito está longe de ser somente a circulação de veículos automotores e seus condutores; além desses, existem os não motorizados: pedestres, animais, veículos de tração animal - como carroças e charretes - e veículos de tração humana – como os “carrinhos” de catadores, bicicletas, *skates*, cadeiras de rodas, patinetes, quadriciclos e outros.

Quando falamos em trânsito, quase sempre falamos em regras de circulação. Quando estamos no trânsito percebemos o porquê disso, já que corriqueiramente quem está no trânsito entra em situações de risco devido ao descumprimento dessas regras, seja pela própria pessoa, que se coloca em risco, ou por terceiros que colocam os outros em risco. Assim, tratando de regras, direitos e deveres, nos deparamos com o conceito de cidadania, muito presente e importante na temática trânsito e nas temáticas relativas as mais variadas formas de interação dos seres humanos dentro da sociedade. Quando uma pessoa se depara como uma regra para cumprir, uma das motivações para fazê-la cumprir tal regra é o entendimento das consequências do descumprimento dessa regra, que vão desde possíveis punições até as consequências geradas pelo ato de descumprimento em si. Exemplificando, se uma pessoa verifica que em determinado local é proibido atravessar a rua, mais facilmente cumprirá a regra de souber que tal proibição ocorre pois naquele local o trânsito de automóveis é intenso e a travessia de pedestres gera riscos para os condutores dos veículos que estão transitando e principalmente para

os pedestres que se atrevem a descumprir a lei e atravessar naquele local. O conhecimento das razões de uma lei notoriamente aumenta a chance do seu cumprimento.

1.2 Definição de Cidadania

> Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (…) II - a cidadania; (…)
> (Constituição da República federativa do Brasil de 1988).

Segundo Gorczevski e Martin (2011), a palavra cidadania é derivada da palavra cidadão, originada do latim (civitas), significando “aquele que vive na cidade”. Porém, o conceito de cidadão, desde a época dos grandes filósofos gregos, já vem sendo discutido e ampliado, extrapolando tal simplificação. Segundo Aristóteles (2008), o cidadão é aquele que delibera, julga e participa no local onde vive. Novamente segundo Gorczevski e Martin (2011), já na época da Roma Antiga, se entendia como cidadão aquele ser com direitos e deveres, conceito até hoje aceito como base, sendo ainda muito discutido e desenvolvido.

Assim, tomando cidadania como a condição da pessoa que possui direitos e deveres, e está em condições de usufrui-los e respeitá-los, entendo o estudo desse conceito e de suas implicações imprescindível para a educação para o trânsito. A Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988) tem a cidadania como um de seus principais fundamentos e, ao longo do seu texto, regulamenta os direitos e deveres do cidadão brasileiro, entre eles o direito a uma mobilidade urbana eficiente (artigo 144), isto é, um trânsito seguro, organizado e otimizado.

1.3 Relações entre Trânsito e Cidadania

> As ações educativas da PRF buscam a formação de cidadãos éticos, capazes de refletir sobre o contexto em que vivem e de atuarem como agentes transformadores na construção de um trânsito mais seguro.
> Polícia Rodoviária Federal (2017, p. 2)

Como já citado anteriormente, analisando o trânsito, podemos perceber de forma clara a importância da cidadania, pois o simples descumprimento de uma regra (descumprimento de dever), pode gerar alto risco de lesão ou de morte a alguém (atentado contra direitos). Além disso, o trânsito nos mostra claros exemplos de ações individuais que, apesar de muitas vezes parecerem gerarem consequências limitadas ao indivíduo causador, na realidade atingem a todos. Por exemplo, uma pessoa que pilota sua motocicleta de forma imprudente e, pelo fato de estar sem capacete (mais um descumprimento de dever), se lesiona ou mesmo morre ao cair, sem causar lesão em mais ninguém. O que aparentemente foi causado pela própria pessoa, e causou consequências somente a ela, na realidade gera consequências para o restante dos cidadãos, que, através dos impostos, custeiam o atendimento hospitalar, as possíveis pensões por morte ou lesão duradoura, entre outros.

Assim, percebemos a importância de temas mais amplos ligados à cidadania, ao funcionamento do Estado, à ética e a outros, destes decorrentes, para o estudo do trânsito e para o desenvolvimento de uma educação para o trânsito que, com base nas noções e práticas de cidadania, possa também derivar questionamentos e estudos sobre outras modalidades de relacionamentos sociais.

1.4 Problemas gerados pelo Trânsito

> O trânsito excessivo nas grandes cidades provoca consequências muito mais graves do que os atrasos e transtornos enfrentados diariamente pelos motoristas. Os congestionamentos custam muito dinheiro, prejudicam a saúde da população e atrapalham o crescimento do país. Portanto, resolver (ou amenizar) o problema não é apenas uma questão de conforto e bem-estar - é também um importante incentivo ao desenvolvimento econômico e social.
> (Revista Veja, 2017)

Quando pensamos em problemas gerados pelo trânsito, logo nos lembramos dos acidentes, que tem as consequências mais rápidas e visíveis. Mas, através de uma análise mais acurada, chegamos a outros, como os danos ambientais causados pelo trânsito, seja através da poluição que sai do escapamento dos veículos, seja através do barulho ensurdecedor que muitos deles juntos em um congestionamento causam.

Observa-se que tais danos ambientais causam consequências nocivas diretas à saúde física e psicológica da população. Também existem os problemas sociais e econômicos causados pelos atrasos e lentidões oriundos dos congestionamentos, visto que os trabalhadores acabam passando mais tempo indo e vindo do serviço, bem como as mercadorias que são transportadas levam mais tempo para chegar, gerando problemas diversos, como o aumento de custos e a redução da qualidade de vida das pessoas. É conveniente lembrar também dos problemas envolvendo pequenos desentendimentos e discussões que muitas vezes acabam até se transformando em grandes tragédias, como exemplifica a reportagem abaixo:

> Casos recorrentes de brigas e agressões no trânsito preocupam autoridades:
> [...] A desavença entre um motociclista e um empresário no trânsito de Belo Horizonte, há duas semanas, por pouco não terminou em tragédia [...] o condutor da moto deu um chute no retrovisor do veículo, mas acabou caindo no asfalto e só não foi esmagado pelo carro que vinha atrás porque o sinal tinha acabado de fechar. [...] Estressados e tensos, muitos motoristas transformam seus veículos em proteção ideal para se comportar de forma hostil, sob a ótica de que são onipotentes. [...] O professor Fábio Belo, coordenador do curso de Psicologia da UFMG, diz que, para a psicanálise, todas as pessoas guardam fantasias e afetos no inconsciente. “O trânsito é um dos lugares que dá oportunidade para que essas fantasias se manifestem. Dentro de um carro ou em uma moto temos uma sensação de extensão do corpo. Achamos que somos mais fortes ou que estamos mais protegidos, dando liberdade para uma sensação de que somos onipotentes”, afirma o professor.
> (Portal Uai, 2017).

Para tentar dar pelo menos uma ideia da dimensão deles, utilizarei alguns dados de pesquisas e reportagens divulgadas na mídia.

Abaixo, uma pesquisa sobre alguns dos problemas gerados pelos constantes congestionamentos no trânsito do estado de São Paulo.

> A Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos estima que as perdas financeiras com acidentes de trânsito, poluição e engarrafamentos em São Paulo sejam de 4,1 bilhões de reais por ano. Já o Instituto de Estudos Avançados da USP calcula perdas diárias de 11 milhões de reais com tempo e combustível nos congestionamentos. O estudo considera a média de 80 quilômetros de lentidão por dia, com picos de 200 quilômetros. No total, os custos anuais chegariam a 3,3 bilhões. As somas do tempo perdido pelas pessoas no trânsito atingem a média de 240.000 horas. São desperdiçados cerca de 200 milhões de litros de gasolina e

> álcool e 4 milhões de litros de diesel por ano nos engarrafamentos na cidade. (Revista Veja, 2017)

Sobre os riscos à saúde relacionados ao trânsito, segue mais um recorte de pesquisa.

> Em 2007, pesquisadores da Universidade de São Paulo avaliaram 500 pessoas que trabalham nas ruas, como motoristas. Todas as pessoas expostas à rotina nas ruas apresentaram substâncias tóxicas no organismo e chance dobrada de desenvolver câncer do pulmão. Também podem desenvolver bronquite, asma e até infarto. Os acidentes de trânsito matam, em média, quatro pessoas por dia em São Paulo. Também produzem milhares de feridos, além de propiciar o aparecimento de outras doenças, como stress, hipertensão e lesões por repetição de movimentos.
> (Revista Veja, 2017)

Assim, percebe-se a amplitude das consequências negativas geradas pelos problemas no trânsito na vida das pessoas, consequências essas que vão muito além das mortes, lesões e danos causados pelos tão noticiados acidentes de trânsito, deixando ainda mais clara a importância da educação para o trânsito e dos estudos e práticas relacionados à cidadania.

1.5 Estatísticas do Trânsito no Brasil

> Art. 19. Compete ao órgão máximo executivo de trânsito da União:
> [...] X: organizar a estatística geral de trânsito no território nacional, definindo os dados a serem fornecidos pelos demais órgãos e promover sua divulgação;
> XI: estabelecer modelo padrão de coleta de informações sobre as ocorrências de acidentes de trânsito e as estatísticas do trânsito;
> (Código de Trânsito Brasileiro)

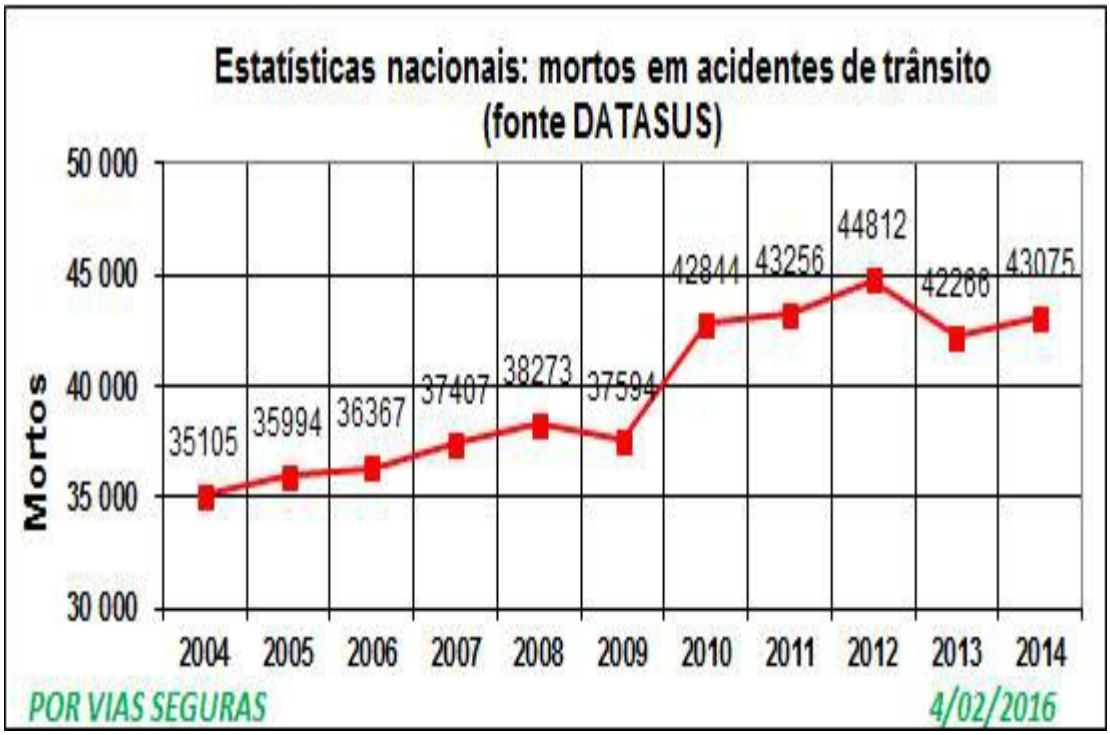
Ao buscar estatísticas sobre trânsito, podemos verificar a precariedade dos dados oficiais sobre o assunto. Dados atualizados relativos às quantidades e características dos acidentes e dos personagens do trânsito são escassos, confusos e não confiáveis. Apesar da legislação citada a cima, ainda os diversos órgãos do SNT fazem suas estatísticas de forma independente, com métodos e critérios diferentes, dificultando a integralização delas. As estatísticas de trânsito são importantes para os setores nacionais e regionais

vinculados à engenharia e à fiscalização otimizarem seu trabalho, mas também, para a educação de trânsito, para que as pessoas percebam a importância do assunto também pelas consequências drásticas que o trânsito vem causando. Segundo Bernardes (2004), esses dados, além da comunicação à sociedade, servem para subsidiar os rumos da educação.

O RENAEST (Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito), controlado pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)[5], é o responsável oficial por reunir os dados referentes ao trânsito em todo o país. Contudo, há falhas na contabilização dos dados pelos diversos órgãos que controlam o trânsito no país, deixando tal registro precário, desatualizado e incompleto (o próprio REANEST informa em suas publicações a falta de dados de alguns órgãos e as diversas diferenças dos critérios de contabilização). Para exemplificar, enquanto o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) considera como morta no trânsito toda a pessoa que morreu no trânsito até 30 dias após o acidente (tendo a morte sido em decorrência do acidente ou das complicações em sua saúde decorrente dele), a Polícia Rodoviária Federal (PRF) registra como mortas no trânsito somente as pessoas que morreram no local do acidente.

Mesmo com a dificuldade gerada pela desorganização das estatísticas do trânsito brasileiro, analisando a relação entre os acidentes e suas respectivas vítimas com o número de habitantes e de veículos, fica claro como os acidentes de trânsito são comuns e como suas consequências são desastrosas

[5] O DENATRAN é o órgão máximo executivo de trânsito da União.



Segundo o DATASUS, que é a fonte estatística utilizada pelo Ministério da Saúde, em 2014 morreram mais de 43 mil pessoas em acidentes de trânsito no país, o equivalente a uma média de 118 pessoas por dia. Além disso, 200 mil pessoas foram internadas em hospitais públicos devido a acidentes de trânsito. Tais números nos permitem uma ideia de um dos problemas causados pelo trânsito no nosso país, deixando clara a importância da educação para o trânsito em prol da mudança de comportamento e da redução dessas tragédias, que geram muito sofrimento para as pessoas envolvidas em acidentes de trânsito, bem como para seus amigos e familiares.

Mas obviamente os problemas relacionados a acidentes de trânsito não são uma exclusividade do Brasil. Grande parte dos países, alguns em menor e outros em maior grau, também tem sérios problemas relacionados ao trânsito. A Organização Mundial de Saúde (OMS)[6] estima que 1,9 milhão de pessoas devem morrer no trânsito em 2020 (passando para a quinta maior causa de mortes no mundo) e 2,4 milhões, em 2030. Nesse período, entre 20 milhões e 50 milhões de pessoas sobreviverão aos acidentes a cada ano com traumatismos e ferimentos. O Brasil aparece em quinto lugar entre os países recordistas em mortes no trânsito, precedido por Índia, China, EUA e Rússia e

[6] A OMS é uma agência especializada em saúde subordinada à Organização das Nações Unidas (ONU).

seguido por Irã, México, Indonésia, África do Sul e Egito.

Com relação aos outros problemas causados pelo trânsito, são muitos e acabam causando ou se misturando com os outros problemas urbanos, ficando muto difícil a produção de estatísticas confiáveis.

2.TRÂNSITO COMO TEMA TRANSVERSAL NO CURRÍCULO

> Educar na transversalidade implica uma mudança na perspectiva do currículo escolar, enquanto que vai mais além da simples complementação das áreas disciplinares, trazendo elementos éticos ou sociológicos, senão que, levadas até as suas últimas consequências, removem criticamente as bases da sólida instituição escolar tipo século XIX, para remoçá-la e pô-la a serviço das exigências emancipadoras dos habitantes dessa "aldeia global" que já constitui nosso planeta. Yus (1998, p.19)

O CTB (1997) regulamenta a educação para o trânsito, a determinando como direito de todos e dever dos órgãos do SNT. Já a educação para o trânsito em nível escolar, ainda segundo o CTB, deve ser planejada em conjunto pelos órgãos do SNT, pelos Ministérios do Transporte e dos Desportos e pelo Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras, para a implantação de conteúdos relativos ao trânsito em todos os níveis de ensino, através de um currículo interdisciplinar e nas instituições de formação de professores. Tal planejamento conjunto ainda está longe da realidade, e currículos com conteúdos de trânsito em todos nos níveis de ensino, quando ocorrem, são por iniciativas individuais de escolas ou órgãos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), determina que a educação abranja os processos formativos que se desenvolvam na convivência, e que a educação escolar deva vincular-se à prática social. Como o trânsito é ato contínuo e constante de convivência e prática social, conclui-se que a educação para o trânsito possa ter sua implantação também fundamentada também nessa lei.

O Parecer CNE/CEB 11/2000 (BRASIL, 2000) apresenta a educação na EJA como a chave para o exercício da cidadania, devendo ser voltada para as necessidades do educando na sociedade.

Não resta dúvida que a educação para o trânsito tem ampla base legal e pedagógica para ser inserida como tema transversal na EJA através de um conjunto de ações destinadas à conscientização e às mudanças de comportamentos relativos ao trânsito, objetivando a prevenção de acidentes e a promoção da cidadania.

Segundo Menezes e Santos (2001), os temas transversais não pertencem a nenhuma disciplina específica, mas devem atravessar todas elas como se a todas fossem pertinentes, cabendo a cada professor fazer seu planejamento interligando-os aos seus conteúdos. No caso das turmas iniciais do ensino fundamental da EJA, normalmente com

professor único, e no nosso caso específico, com docência compartilhada, cabe aos professores tratar o tema transversal trânsito com os outros conteúdos, interligando-o a todos eles, seja em forma de projeto, como fio condutor de um planejamento ou inserindo-o eventualmente nas aulas.

Um exemplo de projeto de educação para o trânsito que utiliza o tema de forma transversal é o Festival Estudantil Temático de Trânsito (FETRAN), desenvolvido pela PRF desde 2012, que consiste basicamente na parceria do órgão com as escolas participantes, onde os professores recebem da PRF cursos específicos de educação para o trânsito e, com o apoio dos policiais educadores, as escolas inserem a temática trânsito de maneira transversal junto aos demais conteúdos e disciplinas. Interessante observar que outros órgãos de trânsito também desenvolvem projetos de educação para o trânsito para serem realizados em parceria com escolas, podendo tornarem-se boas opções para se trabalhar a educação para o trânsito dentro da escola.

2.1 O Trânsito focado no veículo e em seu condutor

> […] o rapaz está tentando dizer algo à moça. Começa timidamente, hesita – o espectador percebe que ele esboça um pedido de casamento. Mas o olhar da moça é distante. Custamos a interpretar seu sorriso de polida indiferença, até que a câmera faz um giro e conduz nosso olhar para fora da janela, para onde o olhar da moça se dirige. Lá está um carro novinho, de cuja marca não me lembro (mas sei que é vermelho). Quando o noivo, cada vez mais embaraçado, termina seu pedido, ela cai em si e pergunta: “desculpe, o que você dizia…?” A ironia é confirmada pela voz do locutor que alerta os espectadores para o objeto que realmente interessa às moças casadoiras. Se o rapaz não puder oferecer a ela o carro x, desista da empreitada.
> (Kehl, 2011).

Analisando as campanhas de educação para o trânsito, claramente se percebe o foco no condutor e no seu veículo, e o descaso com os não motorizados. Existem campanhas voltadas para o pedestre, mas raríssimas são as voltadas para carroceiros, ciclistas e outros não motorizados. Da mesma forma, as estatísticas apresentam esse descaso: a maioria delas, quando trata dos veículos, divide-os em automóveis, de carga,

coletivos, motocicletas e outros. A diversidade de não motorizados, representada por veículos de tração humana e animal, com seus diversos tipos, comumente fica restrita a “outros”.

Segundo Bottesini e Nodari (2008), a mídia de massas tende a apresentar propagandas, filmes e outros programas enaltecendo automóveis caros e velozes, sendo dirigidos de maneira irresponsável e gerando acidentes nos quais os ocupantes saem ilesos. Esse foco no veículo automotor tem uma das explicações nas características consumistas da sociedade contemporânea, na qual, como apresenta Kehl (1999, p. 2), “a mídia produz os sujeitos de que o mercado necessita, prontos a responder a seus apelos de consumo[...]”. Assim, desprezando nas suas campanhas quem não está dentro de um automóvel, a mídia fomenta o consumismo. Da mesma forma que a mídia, o governo contribui com isso ao focalizar no automóvel em suas campanhas educativas, fomentando ainda mais o que Canclini (1999) chama de consumo simbólico, através do qual a sociedade consome para manter aparências de ter e poder, através da constante busca pela ostentação com carros caros e velozes, que, de simples meios de transporte, são transformados em meios de demonstração de poder, de ostentação e até mesmo de inclusão e exclusão.

2.2 Metodologia de construção deste trabalho

Este trabalho iniciou baseado no diário de classe escrito durante o estágio (Barth e SILVA, 2016), em outros escritos pessoais realizados durante o curso e em memórias que foram surgindo durante a escrita e também durante a leitura do trabalho da minha companheira de docência compartilhada (Silva, 2016). Grande parte do trabalho compreende a análise da legislação e de literatura referente à educação para o trânsito, à cidadania, à EJA e à educação em geral, que formaram a base para a criação da proposta de educação para o trânsito a que se refere o trabalho, em especial a leitura e análise dos artigos sobre trânsito compilados por Ana Maria Ribeiro Filipouski no livro Trânsito e Educação: itinerários pedagógicos.

Observo que tal proposta de educação para o trânsito, em especial a ideia da base através do estudo e da prática da cidadania, foi construída ao longo da minha trajetória

acadêmica, desde o início da faculdade de Filosofia até a finalização do curso de Pedagogia através deste trabalho, sempre concomitante com a minha trajetória profissional como agente fiscalizador de trânsito, onde sempre procurei realizar meu trabalho de fiscalização de trânsito e de policiamento aliando atividades fiscalizatórias e punitivas com atividades e objetivos educativos.

Neste sentido, a metodologia da pesquisa é qualitativa, compondo um inventário das experiências do autor com a revisão bibliográfica sobre Educação para o trânsito, na especificidade da modalidade Educação de Jovens e Adultos.

3 UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NA EJA

> Com a intenção de agir no e para um currículo que aborde o mundo nas suas diversidades, sentimo-nos desafiados a incorporar o tema da vida, através da educação para o trânsito, numa sociedade cada vez mais articulada espaço-temporalmente pelos fluxos de transportes, pessoas e mercadorias, da paisagem urbano industrial.
> Reichvald Jr e Santos (2002, p.97)

Fora do currículo escolar, como apresenta Silvestre (2003, p. 46), “Partindo do princípio que educação não é só a educação dita escolar (educação formal) mas deverá, como se viu, atentar na evolução estonteante do mundo [...]”, a educação para o trânsito se apresenta muito na forma de educação informal. Tendo funcionado por muito tempo focada em panfletagens e palestras, hoje a educação para o trânsito está aos poucos ampliando-se, seja através dos mais diversos projetos dos órgãos de trânsito, de escolas ou de outras instituições que inserem a educação para o trânsito na vida das pessoas, dentro e fora das escolas, seja através do agente de trânsito que recebe, ou, pelo menos, deveria receber, cada vez mais formação para atuar de forma a educar, seja através de projetos e atividades educativas, seja nos atos de fiscalização de trânsito, fazendo a orientação educativa acompanhar uma multa ou outra penalidade que aplica.

Pelo contexto já mencionado, entendo ser muito importante o cumprimento integral da legislação, inserindo a educação para o trânsito no currículo escolar também sob forma de educação formal, inclusive na EJA, para que todos os usuários do trânsito, principalmente os mais frágeis, que são os não motorizados, tenham acesso a informações que os capacitem a criar um comportamento seguro no trânsito. Isso vai ao encontro da ideia de Xavier (2002), que coloca a prática social e os problemas do cotidiano como ponto de partida da reflexão escolar, afirmando que as disciplinas clássicas, embora não devam ser desprezadas, não dão conta da vida real. Segundo a autora, é preciso que as questões e os problemas enfrentados pelos homens, mulheres e crianças do nosso tempo sejam tomados como objeto de conhecimento dentro e fora da sala de aula.

O trânsito pode ser tratado também fora do contexto de uma educação para o trânsito, como um meio para colocar em prática outras disciplinas. Segundo Saenger (2002), o aluno só aprende quando tem vontade, quando algo lhe é útil, interessante, necessário. O trânsito pode ser utilizado como meio de aprendizado prático de outras

disciplinas. Inúmeros exemplos emergem quando pensamos na aplicação prática de conteúdo das diversas disciplinas através da educação para o trânsito.

Entre inúmeras outras aplicações, podemos utilizar o trânsito para o estudo prático de conhecimentos de física e matemática, no cálculo de velocidades, tempo e distância do percurso de veículos, utilizando inclusive a informática como suporte, bem como para aplicações de conhecimentos de ética analisando as justificativas para o cumprimento das regras de circulação.

A educação para o trânsito no currículo escolar tem sua importância como uma ideia de preparação para a inclusão do aluno no convívio social, segundo Filipouski (2002), visa estimular, entre crianças e jovens, atitudes e hábitos que contribuam para a preservação da vida e para a paz no cotidiano das comunidades, através de uma atitude consciente e responsável que seja capaz de atuar para a redução do número de acidentes, de mortos e de feridos.

Para isso, é imprescindível fugir da normalidade, os professores têm de apelar para todos os tipos de produções possíveis para despertar o interesse dos alunos pelo tema. Como sugere Fischer (2007), é interessante ampliar o repertório com materiais selecionados diferenciados do que circula na grande mídia. Materiais diferentes, que possibilitem uma discussão entre os alunos sobre o assunto, confrontando com o que aparece usualmente na mídia. Além disso, também aquilo que aparece na mídia pode e deve ser utilizado, seja para simples leitura, para uma análise crítica ou até mesmo servindo como base ou ideia para produções dos alunos.

A educação para o trânsito é importante também para desenvolver o espírito de coletividade e comunidade nas pessoas, educando-as para que desenvolvam um comportamento adequado no trânsito através da análise das implicações que atos individuais podem ter para todos na comunidade. Assim, a educação para o trânsito pode servir como base para se trabalhar com as outras atividades coletivas e comunitárias em que os alunos estão integrados, pois o trânsito também é um tipo de relacionamento social.

3.1 Aplicação prática da proposta pedagógica

No primeiro semestre de 2016, durante meu estágio curricular no 7º Semestre do Curso de Pedagogia da UFRGS, através da docência compartilhada, eu e minha colega parceira de estágio[7] colocamos em prática tal proposta durante as 15 semanas de estágio em uma turma de EJA, Totalidade 2 (alfabetização), no turno da noite de uma escola da rede estadual localizada em Porto Alegre.

O estágio curricular, como última atividade prática do curso da Pedagogia, além de exigência legal constante no Parecer nº 2 do CNE (BRASIL, 2015), tem importância fundamental para o educador como momento para colocar em prática tudo aquilo que ele vem aprendendo durante o curso, e para que tal experiência possa ser novamente repensada de forma prática e teórica, para, depois de novamente reformulada, sirva como base para a vida profissional do pedagogo.

A escola situa-se em um bairro central e de classe média, em frente a uma praça onde se pode observar pessoas em situação de rua, consumo de drogas e lixo, tudo rodeado por um trânsito movimentado e, dependendo do horário, conturbado. A maior parte de seus alunos que frequentam o diurno, que são do ensino regular, moram no próprio bairro. À noite, por ser EJA, o perfil dos alunos se modifica, já que, devido à pouca quantidade de escolas que oferecem tal modalidade na cidade, muitos alunos acabam vindo de bairros afastados da escola.

A turma, com 26 alunos oficialmente matriculados, teve em média 8 alunos por noite, com idade que variou entre 15 e 70 anos, de pessoas que, em sua maioria, utilizavam o transporte público para o seu deslocamento. Dois alunos da turma às vezes vinham para aula dirigindo seu automóvel, apesar de um deles sequer ser habilitado para tal, até porque a prova para se obter a habilitação exige uma boa capacidade de leitura, o que ele e alguns dos seus colegas estavam justamente buscando na escola. Um dos alunos que veio algumas vezes de carro para a aula era habilitado, inclusive para dirigir caminhões e ônibus, com muito orgulho nos mostrou sua CNH. Ele tinha muita facilidade em matemática, mas extrema dificuldade na escrita e na leitura, o que nos deixou intrigados sobre como ele teria conseguido passar nas provas escritas para obter sua CNH.

[7] O trabalho de Silva (2016) registra a experiência desta colega, parceira de estágio curricular com docência compartilhada.

Tomando como base o nosso entendimento de que a EJA deve preparar o aluno para os desafios e necessidades da vida diária, servindo como fundamento para o seu desenvolvimento amplo como cidadão, sujeito de direitos e deveres, e com os conhecimentos necessários para discerni-los e usufrui-los na plenitude, planejamos as aulas, incluindo sempre a cidadania como base para a escolha dos conteúdos e das atividades.

O estágio iniciou com assuntos relacionados à cidadania, passando pela Constituição Federal, direitos e deveres básicos, ética, eleições e outros, sempre tomando por base a realidade e os conhecimentos prévios dos alunos. Assim, para que pudéssemos conhecer a realidade deles, muito os ouvíamos em sala de aula, além de rotineiramente pedirmos para que eles escrevessem sobre a sua realidade relacionada aos assuntos tratados, pois, como salienta Madalena Freire (2008, apud Silva, 2016, p.25) "é essencial para o educador, ver, escutar e falar, se comunicar com seus alunos. O conhecimento de um, contrapõe, completa e amplia o do outro.".

Através desses momentos de investigação e escuta sobre a realidade dos alunos, percebemos que muitos deles deixavam de usufruir de muitos dos seus direitos por não saberem que os tinham ou por não saberem como obtê-los. Muito nos impressionou que alguns alunos não usufruíam, por não conhecer, direitos básicos, como a passagem escolar para todos os estudantes e a isenção das passagens de ônibus no município de Porto Alegre para todas as pessoas com mais de 60 anos de idade. Outros alunos, apesar de conhecerem tais direitos, não os usufruíam simplesmente por não se acharem em condições de preencher os formulários necessários como, por exemplo, a ficha cadastral para obtenção da carteira escolar, requisito para a compra de passagem escolar. Assim, dedicamos algumas aulas para, com os alunos, pesquisar sobre alguns dos seus direitos e exercitar o preenchimento de formulários diversos, como de cadastros, solicitações e currículo. Interessante observar que, para tais atividades, tivemos que desenvolver outras, como pesquisa de Código de Endereçamento Postal (CEP) e criação de endereço eletrônico (e-mail). Durante uma das aulas que tratava de direitos, a fala de um dos alunos foi marcante, como observado em Silva (2016, p.34): "Puxa, Sôra, eu nem sabia que a gente tinha todos esses 'direito' aí!".

Na parte final do estágio, passamos especificamente para o assunto trânsito, mas já com a base de conhecimentos sobre cidadania trabalhados, o que permitiu um enfoque

mais amplo que aquele restrito ao cumprimento de regras de circulação e conduta. Percebemos, logo nos primeiros momentos, que o automóvel continua fascinando a grande maioria, sendo um sonho de consumo para muitos dos alunos. Quando começamos a falar sobre trânsito, muitos alunos questionaram sobre a prova para obter a CNH, dizendo que sabiam que precisavam aprender a ler e escrever bem para obtê-la. Para eles, além do desafio relativo aos conhecimentos específicos da legislação de trânsito, a prova era um desafio de língua portuguesa. Assim, não deixamos de trabalhar esse assunto para não frustrar os alunos, nem deixar de aproveitar o interesse pelo aprendizado, mas não nos limitamos ao automóvel, pelo contrário, tratamos dos outros modais de transportes que também estavam dentro da realidade deles, principalmente do ônibus e da bicicleta.

Iniciamos o assunto trânsito com um questionário sobre os meios de transporte utilizados por eles. A partir das respostas, trabalhamos ao longo das aulas as características, benefícios, problemas e riscos de cada um deles e de outros meios de transportes possíveis. Partindo desses assuntos, podemos desenvolver variadas atividades de escrita, leitura e matemática, utilizando mídias diversas como vídeos, músicas, cartazes de notícias e outros.

Uma das aulas com a temática trânsito foi fomentada por duas das alunas. Pedíamos que diariamente um aluno trouxesse um texto de seu interesse e escolhesse um trecho para ler em sala de aula para seus colegas. Duas delas trouxeram um livro de estudos para a obtenção da CNH, sendo que os trechos escolhidos por ela para leitura eram listas de atos de direção defensiva e de condições adversas. Passamos a tratar sobre direção defensiva e condições adversas juntas. Com a participação dos alunos, primeiramente exploramos o significado desses termos. Depois, fomos colocando no quadro, também com a participação deles, exemplos de condições adversas, e, relativo a elas, o respectivo ato de direção defensiva necessário para lidar com tal condição adversa. A atividade funcionou muito bem, o que nos gerou ainda mais vontade de continuar no assunto em outras aulas. Após essa aula, uma das alunas demonstrou em sua fala grande contentamento e ao mesmo tempo esperança, como minha colega de estágio apontou em Silva (2016, p. 340): “Ah! Agora eu tenho esperança de tirar a carteira de motorista!”.

Seguimos trabalhando a temática trânsito em outras aulas, de maneiras variadas.

Em uma delas iniciamos com piadas sobre trânsito, em outras com vídeos, recortes de notícias em jornais, através da música Rua de Passagem (Lenine), de desenhos animados e de poemas. Os alunos também foram incentivados a escrever histórias suas sobre trânsito e ler para os colegas.

Utilizamos o trânsito também no estudo da matemática, fazendo cálculos comparativos de tempo de deslocamento de cada modal de transporte.

Na sala de informática utilizamos o aplicativo *Google Maps* para cálculos de distância e tempo de deslocamento nos diversos modais, onde os alunos faziam os cálculos no computador, sendo que aqueles que tinham mais conhecimento e prática na informática ajudavam os outros. Tal experiência demonstrou ótimos resultados pois, além dos aprendizados relativos aos cálculos de tempo e distância de deslocamento, permitiu um entrosamento entre a turma, gerando um aumento da autoestima dos alunos que tinham condições de ajudar os colegas e um contentamento daqueles que aprendiam. Percebemos (eu e minha colega de estágio, e talvez também alguns alunos) a importância do tema trânsito ser trabalhado de forma transversal, pois, além de permitir o estudo de conteúdos relacionados à matemática, ao direito, à geografia, à física, à língua portuguesa e à informática, ainda desempenhava um importante papel na criação e no desenvolvimento das relações entre os alunos, e entre eles e os professores estagiários, contribuindo plenamente para a formação do conhecimento.

Em algumas semanas focamos o trabalho no pedestre, no ciclista e nos passageiros de veículos automotores. Discutimos sobre as vantagens e desvantagens de cada uma dessas maneiras de se locomover, dos riscos delas e da legislação aplicada. Retiramos diretamente do CTB algumas das mais importantes regras de circulação referentes a esses modais e trabalhamos sua escrita, leitura, interpretação e importância.

Os próprios alunos deixaram claro, ao longo das aulas, que ficaram impressionados que, apesar de estarem nele todos os dias, nunca haviam pensado tão profundamente no trânsito, sobre o tempo e dinheiro gastos, sobre as outras possibilidades, sobre os problemas de relacionamento ocorridos durante os trajetos, sobre as consequências causadas pela escolha de um ou de outro meio de transporte e, principalmente, sobre o fato de que todos, em algum momento, são pedestres.

Percebemos também algumas consequências imediatas com relação ao assunto.

O aluno Eduardo[8] disse que providenciaria sinalização para sua bicicleta, e procuraria usar roupas mais claras.

O aluno Felisberto[9] disse que iria adiar a compra de seu carro, pois primeiro iria obter a CNH. A aluna Jurema[10]disse que iria caminhar e andar mais de bicicleta, pois além de ter percebido que ainda teria que desenvolver muito a leitura para conseguir ser aprovada na prova teórica para obter a CNH, aprendeu sobre os possíveis ganhos com saúde e economia de combustível que poderá ter enquanto ciclista e pedestre.

Com isso, percebemos que a temática trânsito pareceu ter feito a diferença para os alunos, alterando comportamentos e principalmente fomentando a análise de atos que faziam sem pensar.

[8] Nome fictício.

[9] Nome fictício.

[10] Nome fictício.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estatísticas mostram o grande número de acidentes com suas vítimas e que o descomunal crescimento da frota de veículos deixa cada vez mais perigoso o trânsito de nosso país. A legislação determina a implementação da educação para o trânsito através da inserção no currículo escolar e destina verbas para isso. As campanhas para conscientização no trânsito se proliferam, mas restringindo seu foco às crianças, aos veículos e aos seus condutores, pouco lembrando dos mais frágeis, os não motorizados. Tudo isso deve ser analisado, discutido e modificado para que as ações não continuem repetitivas e com foco equivocado.

Alterar o foco atual da educação para o trânsito, ministrando-a focada no pedestre, torna-se fundamental, tendo em vista que todos, de alguma maneira, são pedestres, até mesmo o motorista de um veículo, que em diversos momentos desce do veículo e se transforma em alguém que transita a pé. Um aprendizado com esse foco vai fazê-lo respeitar mais os pedestres, ao enxergar-se também como tal, atingindo todos os participantes do trânsito.

Além disso, não podemos nos esquecer dos jovens e adultos que, em sua maioria não tiveram educação para o trânsito quando pequenos e a muitos riscos estão expostos e expõem outros nos deslocamentos. Isto tudo faz lembrar que o trânsito é mais um espaço de convivência em nossas vidas e que, nele, e nos outros, noções de cidadania são primordiais para um convívio harmônico entre as pessoas.

Após a elaboração deste trabalho, retomando e analisando as memórias das atividades e experiências em educação para o trânsito que realizei ao longo da minha vida, ainda sigo com curiosidades relativas a real efetividade de cada uma delas, o que talvez possa servir de questão para futuras pesquisas.

Especificamente sobre a experiência de educação para o trânsito no estágio, relatada neste trabalho, a análise de falas, produções e atitudes dos alunos, durante e alguns dias após as aulas, demonstram aparentemente a construção de aprendizados. Porém, sigo curioso para saber se tais aprendizagens e mudanças de atitudes persistirão ao longo das vidas dos alunos através de um comportamento mais seguro no trânsito e de uma atitude como multiplicador da educação para o trânsito, ou simplesmente serão

esquecidas, como foram muitas das lições que recebi no ensino médio e que, apesar de me levarem muitas vezes a notas ótimas nas provas, hoje nada mais querem dizer para mim.

Permaneço curioso também com relação às crianças com as quais desenvolvi atividades de educação para o trânsito: até que ponto tais atividades contribuíram para suas atitudes no trânsito ao longo dos anos que já se passaram?

Finalizo este trabalho lembrando dos infratores do trânsito que, no cumprimento dos meus deveres legais, puni, fazendo acompanhar a multa, o recolhimento do veículo e/ou da CNH, ou mesmo a prisão, de alguma intervenção educativa: será que tal acompanhamento foi proveitoso ou, se a lei permitisse, será que a substituição da punição pela intervenção educativa seria mais efetiva?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

BARTH, Felipe Silveira e SILVA, Tania Maria Nunes Sousa e. **Diário de Classe do Estágio Curricular Obrigatório.** Porto Alegre: UFRGS, 2016.

BERNARDES, Ana Maria Escobar. **Estatística de Trânsito - Sua Importância para um Trânsito mais Seguro.** 2004.
Disponível em: <http://www.detran.rs.gov.br/artigos/fr_art17.htm>.
Acesso em: maio de 2017.

BOTESSINI, Giovani e NODARI, Christiane Tessele. **O Fator Humano nos Acidentes Rodoviários e Possíveis Soluções Levantados em um Grupo Focado**. Fortaleza: 2008.
Disponível em: <http://www.anpet.org.br>.
Acesso em: maio de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: 1988.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
Acesso em: junho de 2017.

_____. **Lei 9.394 de 20 de setembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: 1996.
Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>
Acesso em: maio de 2017.

_____. **Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.** Brasília: 1997.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm>.
Acesso em: maio de 2017.

_____. **Parecer CNE/CEB 11/2000**. Brasília: 2000.
Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf>.
Acesso em: maio de 2017.

_____. **Parecer CNE/CP 2/2015**. Brasília: 2015.
Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13252-parecer-ceb-2000>.
Acesso em: maio de 2017.

_____. **Resolução 265 de 2007 do Conselho Nacional de Trânsito. Dispõe sobre a formação teórico-técnica do processo de habilitação de condutores de veículos automotores elétricos como atividade extracurricular no ensino médio e define os procedimentos para implementação nas escolas interessadas.** Brasília: 2007
Disponível em:
<http://www.denatran.gov.br/download/resolucoes/resolucao_contran_265.pdf>.
Acesso em: maio de 2017.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e Cidadãos.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CAVALCANTI, Adrimon de Queiroz Bezerra. **Comportamento do trânsito: educação x fiscalização**. 2006
Disponível em:
<http://www.perkons.com/pt/estudos-e-pesquisas-detalhes/67/comportamento-do-transito-educacao-x-fiscalizacao>.
Acesso em: maio de 2017.

FILIPOUSKI, Ana Maria Ribeiro. Trânsito como tema transversal: educação para a transformação da sociedade. In: FILIPOUSKI, Ana Maria Ribeiro et al (org). **Trânsito e educação: itinerários pedagógicos.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Mídias, Máquinas de Imagens e Práticas Pedagógicas**. Revista Brasileira de Educação, mai/jun/jul/ago, 2007, nº. 12. P. 290-299.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

GORCZEVSKI, Clovis e MARTIN, Nuria Belloso. **Necessária Revisão do Conceito de Cidadania.** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2011.

KEHL, Maria Rita. O Fetichismo. In: Emir Sader (Org.). **Sete Pecados do Capital.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

KEHL, Maria Rita. **Fetichismo e Perversões.** 2011.
Disponível em:
<https://blogdaboitempo.com.br/2011/05/02/fetichismo-e-perversoes-coluna-da-maria-rita-kehl/>.
Acesso em: julho de 2017.

LENINE e Antunes, Arnaldo. **Rua de Passagem (trânsito)**. Música lançada em 1999.
Disponível em: https://www.vagalume.com.br/lenine/rua-da-passagem-transito.html
Acesso em: julho de 2017.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete temas transversais. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil.** São Paulo: Midiamix, 2001.
Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/temas-transversais/>.
Acesso em: junho de 2017.

MILLS, Charles Wrigth. **A Imaginação Sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

OMS. **Site da Organização Mundial de Saúde.**
Disponível em: <http://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>.
Acesso em: julho de 2017.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. **Festival Estudantil Temático de Trânsito – Manual de Apresentação – Edição 2017.** Brasília. 2017
Disponível em:
<http://fetranprf.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Manual-FETRAN-2017.pdf>
Acesso em: julho de 2017.

PORTAL UAI. **Casos recorrentes de brigas e agressões no trânsito preocupam autoridades.**
Disponível em:
<http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/03/22/interna_gerais,630005/estresse-e-perigo-sobre-rodas.shtml>
Acesso em: julho de 2017.

REICHWALD JR, Guilherme; SANTOS, Simone Valdete. Espaços vivenciais/cotidianos de jovens e adultos: elementos de inclusão de ações educativas para o trânsito. In: FILIPOUSKI, Ana Maria Ribeiro et al (org). **Trânsito e educação: itinerários pedagógicos.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

REVISTA VEJA. **O impacto dos caos nas ruas.**
Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/transito>
Acesso em: maio de 2017.

SAENGER, Liane. Trânsito e educação? Pronto! Lá vem mais uma imposição para a sala de aula. In: FILIPOUSKI, Ana Maria Ribeiro et al (org). **Trânsito e educação: itinerários pedagógicos.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

SILVA, Tania Maria Nunes Sousa e. **Educação de Jovens e Adultos: memórias, percepções e aprendizados.** 2016.
Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/153004>
Acesso em: julho de 2017.

SILVESTRE, Carlos Alberto S. **Educação/Formação de adultos como dimensão dinamizadora do sistema educativo/formativo.** Lisboa: Editora Horizontes Pedagógicos, 2003.

VASCONCELOS, Eduardo. **O que é trânsito**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

YUS, Rafael. **Temas transversais em busca de uma nova escola.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

XAVIER, Maria Luisa Merino. Educação para o trânsito como um conteúdo escolar. In: FILIPOUSKI, Ana Maria Ribeiro et al (org). **Trânsito e educação: itinerários pedagógicos.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.